

cadernos
IHU
ideias

A Europa e a ideia de uma economia civil

Stefano Zamagni



Os *Cadernos IHU ideias* apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

cadernos **IHU** ideias

A Europa e a ideia de uma economia civil

Stefano Zamagni

ano 11 • nº 183 • 2013 • ISSN 1679-0316

 **UNISINOS**

**INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS** 

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo

Jacinto Aloisio Schneider

Cadernos IHU ideias

Ano 11 – Nº 183 – 2013

ISSN: 1679-0316

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Dr. Marcelo Leandro dos Santos – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Dra. Susana Rocca – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Adriano Naves de Brito – Unisinos – Doutor em Filosofia

Profa. Dra. Angélica Massuquetti – Unisinos – Doutora em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci (t) – USP – Livre-docente em Sociologia

Profa. Dra. Berenice Corsetti – Unisinos – Doutora em Educação

Prof. Dr. Gentil Corazza – UFRGS – Doutor em Economia

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel – UERGS – Doutora em Medicina

Profa. Dra. Suzana Kilpp – Unisinos – Doutora em Comunicação

Responsável técnico

Marcelo Leandro dos Santos

Tradução

Lúis Marcos Sander

Revisão

Isaque Gomes Correa

Editoração

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

www.ihu.unisinos.br

A EUROPA E A IDEIA DE UMA ECONOMIA CIVIL

Stefano Zamagni

1 Introdução

O debate sobre a identidade e o futuro da Europa gerou toda uma série de discussões e preocupações importantes, das quais uma é digna de menção especial: o suposto equilíbrio entre o fortalecimento da identidade europeia, por um lado, e a preservação das muitas identidades nacionais, por outro. De fato, a Europa sempre foi tanto um campo de identidades contestadas quanto um espaço de consiliência universal. O que possibilitou esta coexistência de delineações plurais é um espaço identitário que constitui a real “alma da Europa”. Como podemos caracterizar este espaço identitário? No que se segue, tentarei fazer uma espécie de *reductio ad unum* das muitas questões diferentes que estão em jogo a fim de identificar alguns conceitos básicos que deveriam influenciar o discurso público. Estes conceitos girarão em torno de três palavras-chave: pessoa humana; democracia; fraternidade.

Primeiramente faço algumas observações preliminares. O século XV foi o século em que o humanismo fez sua primeira aparição no que foi um acontecimento caracteristicamente europeu. O século XXI sublinhou, desde o início, a necessidade de uma nova forma de humanismo. No século XV, foi a transição do feudalismo para a modernidade que constituiu o catalisador. Hoje, é uma mudança igualmente radical da sociedade industrial para a pós-industrial, da modernidade para a pós-modernidade, que aponta para a necessidade de um novo humanismo. Globalização, financeirização da economia, novas tecnologias, multiculturalismo, aumento das desigualdades sociais, conflitos de identidade; questões ambientais – estes são apenas alguns dos problemas que, para usar o título de um dos livros mais famosos de Sigmund Freud, fazem surgir “o mal-estar na cultura” de hoje. Face a estes novos desafios, simplesmente atualizar formas antigas de pensar ou recorrer a formas coletivas de tomar decisões, por mais refinadas que sejam, simplesmente não vai resolver o problema. Precisamos ser mais ousados, apresen-

tar soluções mais inovadoras. Afinal de contas, isso é a tarefa primordial da universidade – um lugar que não só ensina, mas também fomenta novas maneiras de pensar.

2 Rumo a um neopersonalismo

Começarei com a primeira palavra-chave, a pessoa. Embora o personalismo filosófico do século XX – o de Mounier, Maritain, Ricoeur e outros – tenha servido para desfazer parte do dano causado ao conceito de pessoa pelo nazismo, fascismo e comunismo, ele não enfrentou a necessidade de defender a ideia em si do ser humano como pessoa; o neopersonalismo de que necessitamos hoje deve se propor a tarefa de contestar todos os que negam que os indivíduos também são pessoas. As ideias de conhecidos bioeticistas, como P. Singer e T. Engelhardt, que afirmam que os bebês deformados, embora sejam indivíduos humanos, não são pessoas porque ainda não desenvolveram a autoconsciência ou jamais serão capazes de fazê-lo por causa da lesão cerebral, colocam em questão a própria distinção entre humano e não humano: o que, em última análise, distingue a vida humana da não humana? Como podemos dialogar com culturas – como a chinesa, por exemplo – que nem sequer têm a palavra “pessoa” em seu léxico e não sustentam a ideia da pessoa como uma entidade individual que é necessariamente, i. e., ontologicamente, vinculada à outra, onde o outro que está diante de mim é um tu e não meramente um *alter ego*?

Compreendemos por que a questão biopolítica – no sentido de M. Foucault – está hoje no centro do debate político e cultural. A universidade não pode fechar seus olhos para questões deste tipo e tem de apresentar respostas se quiser manter seu papel como um dos principais pilares da sociedade civil, e não apenas uma espécie de supermercado educacional para onde os estudantes vão e escolhem (ou até compram) aqueles fragmentos de aprendizagem que melhor lhes servem em determinadas épocas. É exatamente por isso que necessitamos abordar com urgência a questão do novo laicismo. Para compreender a escala do problema, precisamos começar a reconhecer o fato de que, depois do colapso da unidade religiosa ocidental e das guerras religiosas, todo o processo de separação entre as esferas pública e privada – que está no próprio cerne da secularização – teve início, começando a partir da Revolução Francesa. Como bem se sabe, o termo “secularização” foi cunhado pela primeira vez por Max Weber, embora o princípio subjacente a ele tenha sido descoberto anteriormente pelo economista e filósofo inglês J. S. Mill em torno dos meados do século XIX. A ideia básica da secularização é que a religião e, de forma mais geral, sistemas de crenças individuais deveriam ser confinados à esfera privada e não deveriam se alastrar e contaminar a esfera pública, que,

em vez disso, deveria ser governada somente por considerações racionais. O princípio laico, que se deriva desta linha de pensamento, afirma que o Estado deve, com todos os meios à sua disposição, agir para evitar essa ameaça de contaminação. Disso se origina a ideia do laicismo como indiferença do Estado para com os vários movimentos religiosos e, daí, a ideia de que o legislador deve se guiar pelo princípio *etsi Deus non daretur* (como se Deus não existisse) – uma ideia formulada por Hugo Grotius no século XVII.

Vale a pena mencionar que somente um continente no mundo – a Europa – passou por um processo intenso de secularização que, por assim dizer, “forçou” os indivíduos a privatizar suas crenças e princípios religiosos. Não houve nada semelhante em outros continentes. Tomemos o caso dos EUA. Aqui a religião, ou melhor, as religiões ocuparam a esfera pública desde o início, ajudando a forjar o *ethos* público que influenciaria a Constituição americana. É por isso que, nos EUA, o laicismo, como o entendem os europeus, é impossível de compreender. O fato é que a Revolução Americana é, qualitativamente falando, muito diferente da Revolução Francesa, como H. Arendt tão notavelmente salientou. A primeira enfatizou o princípio da *neutralidade* – no sentido de *imparcialidade* – do Estado para com as religiões: o Estado não pode preferir uma religião a outra, e todas as religiões não só são permitidas, mas ativamente incentivadas. A segunda, por outro lado, gerou o princípio da *separação* – leia-se *indiferença* – entre o Estado e as religiões, um princípio que exclui as religiões da construção do *ethos* público. É por isso que o Estado leigo europeu necessita criar suas escolas leigas, seus hospitais leigos e, de forma mais geral, produzir todos aqueles bens de interesse social que a ética leiga considera indispensáveis para seus cidadãos.

Qual é a novidade do atual período histórico? O “laicismo da modernidade” sofreu um dano irreversível na medida em que não mais está em contato com a realidade, i. e., ele é incapaz de dar respostas dignas de crédito para questões como: qual deveria ser a relação entre razões éticas e econômicas? Como lidar com a questão dos valores não negociáveis? Que respostas podem ser dadas aos desafios do multiculturalismo? Como pessoas com pontos de vista muito diferentes sobre a vida podem viver em uma só comunidade política? Qual é o denominador comum dos diferentes sistemas de valores culturais presentes em um país que deveria compor a “razão pública”? Se, por temermos as possíveis consequências autoritárias, não aceitamos o princípio central da escola do positivismo jurídico que afirma que *auctoritas non veritas facit legem* (a lei deriva do poder, não da verdade), então está claro que temos de encontrar uma alternativa. Como disse o papa Bento XVI, o laicismo que não esteja aberto para a transcendência e absolutiza a própria

razão torna-se um absoluto de estilo completamente fundamentalista. Esse laicismo acarreta inevitavelmente uma ditadura do racionalismo. Quando confrontadas com perguntas desse tipo é que as pessoas intelectualmente honestas compreendem por que a secularização e a forma de laicismo que ela gerou se tornaram conceitos ociosos e obsoletos, superados pelos fatos. Na Europa, o moderno Estado leigo conseguiu praticar o separatismo do qual falamos acima porque, quando entraram na arena pública, todos os atores (crentes ou não) compartilhavam um sistema comum de valores arraigado na tradição judaico-cristã. Como se observou, o Estado leigo moderno pode ter separado o pecado do crime, mas não esqueceu o Decálogo. Ele propõe modelos educacionais e familiares, mas os afirma – mesmo que não explicitamente – com base nessa tradição.

A crise atual deriva do fato de que, diante de novos modelos migratórios provocados pela globalização, o sistema comum de valores está se desintegrando lentamente, com o resultado de que o moderno Estado leigo se vê agora impotente para atacar de frente os novos desafios. Com a presunção de manter o princípio da separação em um contexto que não é mais o da modernidade (onde o Decálogo como ponto de referência era algo óbvio), o Estado, em seu esforço de permanecer leigo, só pode fazer o que estamos presenciando hoje: aquilo que é tecnicamente possível o Estado tem de permitir; o que o indivíduo quer fazer a lei não deve proibir, etc. Se o Estado é leigo – assim se raciocina –, sua legislação também deve ser leiga, i. e., axiologicamente indiferente, uma vez que não existem critérios geralmente aceitos para fundamentar um sistema comum de valores. É daí que procede o *slogan* político “é proibido proibir”. Uma posição desse tipo, porém, é claramente insustentável, pois está repleta de efeitos perversos. De fato, para apoiar a teoria de que a lei não deveria distinguir entre opções para alcançar o bem público – por não existirem, como afirma o relativismo ético, critérios comuns com base nos quais se possa escolher entre princípios morais –, precisamos ter princípios políticos que estejam fora de qualquer sistema de valor, i. e., princípios cuja justificação não exija recurso aos conceitos de bem público em questão. Certamente isto é possível, mas só sob a condição de que a ação política seja reduzida a uma ação puramente procedimental.

Em outras palavras, estamos nos defrontando com o seguinte dilema básico: ou reduzimos a democracia a uma série de procedimentos racionais para tomar decisões, o que nos possibilitará preservar a ideia moderna de laicismo, ou queremos que a democracia se baseie em valores porque queremos – com Aristóteles – que o objetivo da ação política seja o bem comum da comunidade, e neste caso a ideia moderna de laicismo não é mais sustentável. O Estado que aceita a concepção procedi-

mentalista de democracia e, assim, nega a si mesmo qualquer poder de intervenção e tomada de decisões em questões como a estrutura e o papel da família, justiça distributiva, felicidade pública, engenharia genética, distinguindo o que é humano e o que é não humano, etc., seria um Estado que procura sua própria destruição. (Este é o sentido em que o Cardeal Ratzinger falou da “tirania do relativismo”: a relativização de todos os valores leva à destruição da democracia.)

Não é difícil entender por que isto é assim. Uma concepção puramente procedimental de democracia leva a contradições pragmáticas que, em longo prazo, são insustentáveis. De fato, a ideia de uma sociedade composta de pessoas que são – nas palavras de T. H. Engelhardt – “estrangeiros morais” e somente interagem através de regras do mercado está condenada a topar com o fato de que a sobrevivência destas mesmas regras depende do próprio reconhecimento de direitos humanos. Sem esse reconhecimento, não seria possível conceber e conceder direitos de propriedade, e todas as regras e procedimentos não durariam mais do que um dia. Nesse sentido, a ideia do “liberalismo” de valores e do intervencionismo do Estado em questões sociais e econômicas é pura e simplesmente ilusória.

3 Da democracia representativa para a deliberativa

A segunda palavra-chave do novo humanismo é democracia – outra palavra do léxico europeu. É graças à ideia da democracia que no século XX a Europa teve condições de reconciliar liberdade e justiça social. O filósofo francês Henri Bergson o resumiu bem quando escreveu: “Assim é a democracia: ela proclama liberdade, exige igualdade e reconcilia estas duas irmãs inimigas, lembrando-as de que são irmãs.” Em realidade, tomados isoladamente, os princípios de liberdade e igualdade parecem irreconciliáveis; é o princípio democrático que os mantém juntos. Basta pensar no Estado-providência, uma invenção caracteristicamente europeia que conseguiu, mediante uma alternância de episódios de conflitos disruptivos e consiliências construtivas, fazer coexistir a liberdade e a justiça social.

Bem, e agora? O problema hoje é que o modelo da democracia representativa – cujo *pedigree* histórico é inquestionável – não é mais capaz de sustentar as instituições políticas em uma posição que lhe possibilite garantir uma distribuição equitativa dos frutos do desenvolvimento e oferecer às pessoas mais espaço para a liberdade positiva. Examinemos isso mais de perto. O modelo elitista-competitivo de democracia herdado de Max Weber e Joseph Schumpeter tem três características principais. A democracia é essencialmente uma maneira de selecionar uma elite que, sendo inerentemente especialista, é capaz de tomar as decisões necessárias em determinadas condições. Portanto,

a democracia é uma maneira de selecionar, de dentro da sociedade, aquelas pessoas que são capazes de tomar as decisões exigidas pela liderança política. A segunda característica é a de contrabalançar abusos de poder pela liderança política. Como o risco da degeneração e do abuso de autoridade jamais pode ser completamente erradicado, é prudente ter à disposição um mecanismo que possa “jogar areia” na engrenagem. E haveria melhor forma de fazer isso do que expor os partidos políticos aos ventos da competição? A terceira característica é que o modelo em discussão é influenciado pelas ideias de crescimento e progresso. A analogia é a seguinte: assim como, em um sistema de mercado, as regras da competição econômica servem para assegurar uma alocação eficiente de recursos e a maior taxa de crescimento possível, de maneira muito semelhante os partidos políticos competem entre si para ganhar eleições, e as regras do jogo são que não deveria haver espaço para a criação de aglomerações de poder que possam ajudar um lado ou outro. A ideia subjacente ao modelo é que as empresas administrem os mercados, e os governos regulem as empresas; ou ainda, as burocracias administrem a administração pública, e os governos controlem e regulem as burocracias. Tudo isso significa que é a esfera política que tem a tarefa de traçar o caminho para a sociedade como um todo.

Este modelo de democracia – em todas as suas diferentes nuances nacionais – produziu resultados extraordinários nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial. Mas as profundas mudanças que mencionamos acima o privaram da força para lidar com as novas mudanças. A democracia deliberativa parece estar à altura da tarefa que nos espera. Por quê? Como se sabe, a democracia deliberativa tem três elementos principais. Primeiro, a deliberação tem a ver com coisas que estão em nosso poder. (Como já observou Aristóteles, não deliberamos sobre a lua ou o sol!) Portanto, nem todo discurso é deliberação, que é, antes, um discurso que visa à tomada de decisões. Segundo, a deliberação é um método para descobrir a verdade prática e é, portanto, incompatível com o ceticismo. Nesse sentido, a democracia deliberativa não pode ser uma mera técnica não influenciada por valores; ela não pode ser reduzida a um simples procedimento para tomar decisões. Terceiro, o processo deliberativo *per se* contém a possibilidade de autocorreção – cada lado envolvido tem, *ab imis*, a possibilidade de mudar suas escolhas e opiniões à luz das razões apresentadas pelo outro. Isso significa que o método deliberativo é incompatível com aqueles que, em nome da ideologia ou de interesses pessoais, se recusam a ouvir o raciocínio de outros. Nesse sentido, a deliberação é essencialmente um método comunicacional.

Certamente muitas questões práticas têm de ser resolvidas para que o modelo da democracia deliberativa possa se tornar

uma alternativa aceitável para o modelo existente. Mas não pode haver dúvida de que a forma deliberativa de democracia representa hoje a melhor maneira de enfrentar os problemas do progresso, tanto morais quanto econômicos. Por quê? Porque ela é capaz de ver a política como uma atividade que se baseia nas metas da coabitação e convivência. Além disso, é a melhor maneira de resgatar a ideia da sociedade civil.

A democracia se baseia em dois princípios fundamentais. Por um lado, que todas as pessoas que sejam direta e indiretamente afetadas por uma decisão política deveriam ter a oportunidade, por mais remota que seja, de poderem influenciar essa decisão. Por outro lado, que todas as pessoas que tenham adquirido, através da urna eleitoral, poderes de tomar decisões podem ser responsabilizadas por suas ações por terem de responder eleitoralmente aos eleitores. O que a globalização está fazendo atualmente é solapar estes princípios, enfraquecendo os fortes vínculos, no interior dos distintos estados nacionais, entre democracia e instituições democráticas. No mundo real de hoje, existe de fato uma série de sujeitos que têm o poder de criar regras vinculantes, *erga omnes* também, mas não têm base territorial e não são apoiados por instituições democráticas do tipo a que estivemos acostumados até agora. O Estado nacional não é mais o único legislador. Basta pensar em atores como as empresas multinacionais que, há alguns anos, têm criado uma *lex mercatoria* nova; em associações transnacionais; em organizações não governamentais; em organizações intergovernamentais, como a União Europeia, que assumiram poderes supranacionais que não eram contemplados pelo direito internacional e não podem ser regulados por seu instrumento principal, o tratado; em organizações interestatais como a OMC e o G8, que, embora não tendo legitimidade democrática de acordo com cânones elitista-competitivos, tomam decisões de imensa importância prática. (De acordo com algumas estimativas, existem atualmente mais de 2 mil organizações internacionais – havia só 123 em 1951; mais de 100 tribunais internacionais de várias naturezas e funções.)

Também temos de considerar o vínculo existente entre a democracia representativa e o fenômeno, tão difundido na política, conhecido como curto-prazismo: os partidos políticos constroem suas plataformas eleitorais de olho na próxima eleição, em vez de atacar os problemas com que se confrontarão gerações futuras. Esta é a estratégia a ser adotada se se quiser ganhar eleições. Mas a real política democrática autêntica tem a ver com a criação de uma visão de longo prazo. A responsabilidade para com as gerações futuras é uma questão, especialmente hoje, que não pode ser ignorada. A natureza da maioria das questões sociais e econômicas hoje é tal que decisões tomadas por governos com base em um curto prazo quase sempre produzem

efeitos de longo prazo que impactam gerações futuras, para as quais os políticos não têm de prestar contas eleitoralmente. Isso significa que o segundo princípio do qual falamos acima não se aplica mais. Alguns exemplos talvez sirvam para esclarecer a questão. Se o governo de um país pequeno decidir criar, por razões eleitorais, um paraíso fiscal onde a lavagem de dinheiro seja mais fácil, isso não só terá um efeito sobre os mercados financeiros, mas também impactará as gerações futuras desse país na medida em que serão sobrecarregadas com o pagamento de uma hipoteca pesada. Ou ainda, a decisão de um país de não ratificar acordos ambientais como o de Quioto certamente poderá trazer benefícios econômicos em curto prazo (custos de produção menores e, assim, margens competitivas maiores em comparação com outros países que ratificaram o acordo), mas está claro que haverá efeitos negativos em longo prazo para as gerações futuras.

O que cria problemas, então, é a crescente desproporção entre sistemas políticos que são projetados para o curto prazo e as consequências que resultam destes sistemas – consequências que vão além das fronteiras nacionais e afetam a liberdade de gerações futuras. É disso que se origina a miopia que acompanha muitas decisões políticas. Também é disso que se origina o paradoxo de programas eleitorais que se tornam cada vez mais gerais-genéricos e de “doutores em enganação” que se tornam cada vez mais influentes na medida em que procuram conquistar (e às vezes manipular) a preferência do eleitor. É a distorção “economicista” da ideia de cidadania, por seu turno ligada ao poder de grupos lobistas, que induz os cidadãos a desempenhar um papel passivo no processo democrático em que o debate eleitoral é controlado por profissionais especializados. Como disse o cientista político francês Zaki Laidi, estamos confrontados com um “Estado fractal”; cada vez mais – em suas relações com a sociedade civil, tanto local quanto supranacional – o Estado não mais é o “todo”, mas apenas uma “parte” que é obrigada a negociar seu próprio papel com outras “partes” na forma da governança em múltiplos níveis.

A conclusão disso tudo é que o modelo elitista-competitivo de democracia é incapaz, sob as circunstâncias históricas atuais, de gerar e proteger as instituições econômicas que têm condições de assegurar um alto nível de inovação e aumentar o número de pessoas que participam do processo produtivo. A democracia deliberativa, por outro lado, pode perfeitamente fazer frente a esta tarefa. Pensemos também nas mudanças de significado que palavras como “público” e “social” sofreram no atual debate político. “Público” significa o todo, o interesse geral; “social” é uma palavra usada para denotar a esfera dos pobres ou desfavorecidos na sociedade. E, de fato, as políticas sociais são sinônimas de políticas para os pobres. Tendo descoberto que a

riqueza não cresce horizontalmente, mas só verticalmente (i. e., ela não se espalha para aqueles que poderiam potencialmente participar de sua criação), agendas políticas foram estabelecidas em nome do “público”, i. e., em nome da cidadania como um todo. Dessa maneira, a desigualdade se entrelaçou com a ideia da diferença: não existe só desigualdade econômica entre os ricos e os pobres, entre aqueles que dependem da assistência social e aqueles que não dependem, mas existe também diferença. Não é isso o que, talvez, mais solapa o progresso de nossas sociedades? Uma democracia deliberativa jamais poderia aceitar que desigualdades degenerem em diferenças.

Hoje se tornou claro que a democracia é uma construção frágil que deve ser continuamente protegida não só contra o ataque externo, mas também contra o fogo interno. É por isso que a defesa da democracia não pode ser confiada somente ao sistema dos partidos políticos. É a totalidade da sociedade civil que deve vigiar o sistema democrático e cuidar de sua saúde. Em segundo lugar, é urgente que o princípio democrático também seja estendido à esfera econômica. A democracia limitada à esfera das relações políticas está fadada a não durar muito tempo. Em vista disso, a pluralidade das estruturas empresariais (capitalista, cooperativa, social) e do sistema bancário e financeiro (onde as finanças éticas podem ser encontradas ao lado das finanças especulativas), a variedade de direitos de propriedade, todos estes são exemplos de áreas de intervenção que necessitam ser regulamentadas se quisermos tornar a democracia forte e sustentável.

4 Fraternidade *versus* solidariedade

Passo agora à terceira palavra, fraternidade – que não deve ser confundida com irmandade. Foi a escola franciscana de pensamento que deu à palavra fraternidade o sentido que tem hoje. Há páginas na *Regra de São Francisco* que lançam luz considerável sobre o significado de fraternidade, uma ideia que pretende ser uma espécie de complemento algébrico da ideia de solidariedade.

De fato, enquanto a solidariedade é o princípio de organização social que permite ao desigual tornar-se igual, a fraternidade é o princípio de organização social que permite ao igual ser diverso. A fraternidade permite que pessoas que são iguais em sua dignidade e seus direitos fundamentais expressem a si mesmas, a seus carismas, diferentemente. Em outras palavras, o princípio da fraternidade permite a coexistência de igualdade e diversidade. (A diversidade não deveria ser confundida com a diferença: esta se opõe à igualdade, e aquela se opõe à uniformidade.) O aspecto a ser ressaltado é que a boa sociedade deve aspirar a mais do que apenas a solidariedade, porque uma

sociedade baseada meramente na solidariedade (e não na fraternidade) é uma sociedade da qual seus membros procurariam instintivamente se distanciar.

Isso é fácil de perceber. Como se sabe, há duas categorias de bens que contribuem para nosso bem-estar: os bens da justiça e os bens da gratuidade. Os primeiros – por exemplo, os garantidos pelo Estado-providência – encarregam alguma instituição (normalmente, mas não sempre, o Estado) com o *dever* de assegurar que os direitos dos cidadãos a estes bens sejam satisfeitos. Os bens gratuitos, por outro lado – como bens relacionais, por exemplo – criam uma *obrigação* que se baseia nos vínculos especiais que nos unem uns aos outros. É o reconhecimento de uma *ligatio* mútua entre pessoas que cria uma *obligatio*. Dever-se-ia observar que, enquanto a lei pode ser usada para defender um direito, uma obrigação é cumprida seguindo-se um processo de reconhecimento recíproco. Nenhuma lei, nem mesmo a lei constitucional, pode nos forçar a nos relacionarmos uns com os outros. Mas não há ninguém que não perceba que os bens gratuitos são essenciais para a necessidade de felicidade que cada um de nós carrega em si. Pois onde não há gratuidade não pode haver esperança. De fato, a gratuidade não é uma virtude ética como é a justiça. Ela tem mais a ver com a esfera supraética da ação humana, e sua lógica é a da superabundância. A lógica da justiça, por outro lado, como ensinou Aristóteles, é a da equivalência. Podemos perceber, então, por que a esperança não pode ser ancorada na justiça. Em uma sociedade que fosse perfeitamente justa não haveria lugar para a esperança. O que seus cidadãos poderiam verdadeiramente esperar? Isso é diferente em uma sociedade em que se arraigou a ideia da fraternidade, justamente porque a esperança se alimenta da superabundância.

Um aspecto que muitas vezes se esquece é que a moderna economia de mercado surgiu a partir do movimento humanista do século XV em decorrência do ressurgimento de uma perspectiva neoaristotélica de acordo com a qual não só a vida intelectual, mas a vida humana com todas as suas dimensões, em particular sua dimensão econômica, precisa fazer parte da felicidade. Tal concepção implica que o negócio deveria ser visto como uma profissão honrosa na medida em que visasse ao bem comum. Isso preparou o terreno para a afirmação da administração humanista como uma atividade que se apropria do princípio “*omnium rerum mensura homo*” (o ser humano é a medida de todas as coisas). Desde o advento da economia de mercado, é a ideia do intercâmbio que introduziu a grande diversidade genética das populações humanas. Mas deveríamos nos lembrar de que, no início, a economia de mercado se baseava não apenas nos princípios do intercâmbio de equivalentes e da redistribuição, mas também no princípio da reciprocidade. Foi

com o início da Revolução Industrial e a afirmação do sistema capitalista que o princípio da reciprocidade perdeu seu caminho e até deixou o léxico econômico. Com a modernidade veio a ideia de que a ordem social pode ser baseada nos dois outros princípios. É disso que surge a dicotomia de Estado/mercado: o mercado é chamado para proporcionar eficiência, i. e., gerar tanta riqueza quanto possível sob a restrição de determinados recursos e *know-how* tecnológico; ao Estado se atribui a tarefa de supervisionar a redistribuição dessa riqueza para assegurar um grau aceitável de justiça social.

À guisa de exemplo, basta pensarmos em todo o debate, ainda longe de ser resolvido, sobre o “grande equilíbrio” – para citar o famoso livro de Arthur Okun, de 1975 – entre eficiência e justiça social (ou justiça distributiva). Deveríamos preferir uma ou outra? Ou, em outras palavras, é melhor conceder mais margem de manobra para o mercado e seu princípio de intercâmbio, já que ele visa à eficiência, ou dar ao Estado maiores poderes de intervenção de modo que possa melhorar a distribuição de renda? Ou ainda, de quanta eficiência temos de abrir mão para melhorar as coisas no *front* da justiça social? E assim por diante. Perguntas desse tipo preencheram (e preenchem) as agendas de muitos economistas e cientistas sociais, com poucos resultados práticos, a bem da verdade. A razão principal disso certamente não é a falta de dados empíricos ou a baixa qualidade das ferramentas analíticas. Pelo contrário, é o fato de esta literatura ter esquecido o princípio da reciprocidade, o princípio que transforma em prática a cultura da fraternidade. Em uma sociedade que rejeitou a ideia da fraternidade e se limita a melhorar transações e transferências baseadas no intercâmbio por órgãos governamentais, é fácil de explicar por que, apesar do poder de fogo intelectual à disposição, ainda não alcançamos uma solução digna de crédito para o dilema do equilíbrio. Uma sociedade em que o princípio do dom não mais se aplica realmente não tem futuro. Uma sociedade baseada simplesmente em “dar para receber” ou “dar por obrigação” é incapaz de progredir. É por isso que nem a concepção liberal-individualista do mundo, onde tudo (ou quase tudo) está baseado no intercâmbio, nem a concepção de sociedade centrada no Estado, onde tudo (ou quase tudo) se baseia na obrigação, podem fazer com que evitemos as rochas para as quais nossas sociedades aparentemente foram arrastadas. É um fato que muitos problemas do mundo de hoje têm bastante mais a ver com situações de escassez social do que de escassez material.

A perspectiva da economia civil rejeita a postura reducionista da corrente do pensamento econômico associada à filosofia utilitarista de J. Bentham. Ela mostra que o mercado é capaz de abrigar, dentro de suas próprias instituições, além dos princípios do intercâmbio de equivalentes e da redistribuição, o prin-

cípio da reciprocidade. Isso implica que o mercado pode servir a múltiplas funções, não só a uma. Contra a “atribuição de uma só tarefa institucional” defendida pela economia tradicional, a concepção da economia civil considera o mercado uma instituição capaz de fomentar o grau de civilização de uma sociedade. Certa vez, T. S. Eliot escreveu o seguinte sobre a natureza do consórcio humano em uma civilização de negócios: “Quando o estrangeiro diz: ‘Qual o sentido desta cidade?’, o que você responderá? ‘Nós todos moramos juntos para ganhar dinheiro uns para os outros’ ou ‘Isto é uma comunidade’? E o estrangeiro partirá e retornará ao deserto. Ó, minha alma, esteja preparada para a vinda do estrangeiro. Esteja preparada para aquele que sabe fazer perguntas.” (*Choruses from the Rock*, VI, 1934). Muitas vezes as perguntas de “estrangeiros” nos dão a perspectiva certa!

5 Uma observação final

A Europa será capaz de fazer frente ao desafio do novo humanismo cujas palavras-chave – pessoa humana, democracia, fraternidade – expusemos acima? Ela será capaz de redescobrir a linguagem do bem comum e basear-se nos resultados notáveis que já alcançamos com o mercado único, a moeda única e as políticas fiscais comuns? Minha resposta é essencialmente positiva. O fato é que a Europa sempre foi capaz, de uma forma ou outra, de transformar suas estruturas jurídicas, políticas e econômicas para satisfazer as exigências cambiantes num mundo em mudança. A revolução permanente tem sido a matriz da cultura europeia desde, pelo menos, a revolução papal de Gregório VII, em 1075-1122. Esta matriz sempre extraiu sua seiva vital de ensinamentos teológicos estritos – aqueles que veem o ser humano e o temporal como um caminho e não como um obstáculo para a salvação. Estes ensinamentos remontam aos Padres da Igreja que chamavam a Encarnação de *Sacrum Commercium* para sublinhar a profunda reciprocidade existente entre o humano e o divino e, sobretudo, para destacar o fato de que o Deus cristão é um Deus de seres humanos que vivem na história e um Deus que sente compaixão da condição humana.

Não é necessário dizer que a Europa atual carece de uma injeção espiritual no braço. Nesse sentido, é possível evocar o apólogo de Søren Kierkegaard: “O navio agora é controlado pelo cozinheiro do navio, e o que é comunicado através do microfone do capitão não mais é a rota, e sim o que vamos comer amanhã.” De fato, o que falta na Europa é uma “voz” capaz de indicar a rota, apontar o caminho para o porto. Não seria o caso de esta voz dever ser formatada e moldada pela cultura e, portanto, por aquele lugar privilegiado que é a universidade, uma criação tipicamente europeia? O objetivo é construir uma síntese entre

a orientação federalista bem expressa no lema *e pluribus unum* e a orientação autonomista que vai na direção oposta (*ex uno plures*). O desafio, em outras palavras, é alcançar uma unidade que não sacrifique a diversidade e uma multiplicidade que não gere conflitos irreconciliáveis.

Em seu influente livro *The Heritage of Europe* [A herança da Europa] (1989), Hans Gadamer afirmou que a grande força da Europa sempre foi sua capacidade de reconhecer o Outro e conviver com ele: “Conviver com o Outro, viver como o Outro do Outro é a tarefa fundamental da humanidade, no nível máximo e no mínimo. Isso talvez seja a vantagem peculiar da Europa, que conseguiu e realmente teve de aprender a arte de conviver com outros.” É minha crença que a Europa deveria continuar a cultivar esta arte, e cultivá-la sabiamente e com considerável paciência.

TEMAS DOS CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – MS Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Jornalista Sonia Montañó
- N. 04 *Ermani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Profa. Dra. Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Prof. Dr. Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Profa. Dra. Débora Kirschke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Profa. Dra. Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Profa. Dra. Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Profa. Dra. Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Prof. Dr. Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Profa. Dra. Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – MS Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – Prof. MS José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Prof. Dr. Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – Prof. Dr. André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – Prof. Dr. André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Profa. Dra. Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Prof. Dr. Airon Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Prof. Dr. Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Prof. Dr. Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – MS Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Profa. Dra. Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Prof. Dr. Leonard Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Prof. Dr. Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Prof. Dr. Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Profa. Dra. Ceres Karam Brum

- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Prof. Dr. Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Prof. Dr. Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Prof. Dr. Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Élda Azevedo Henington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e opções morais* – Prof. Dr. Thomas Kesselring/Julianos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Prof. Dr. Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – Profa. Dra. An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Prof. Dr. Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Prof. Dr. Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Dra. Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Profa. Dra. Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – MS Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Verissimo* – Profa. Dra. Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Prof. Dr. Fernando Lang da Silveira e Prof. Dr. Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Prof. Dr. Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Profa. Dra. Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unidosinos* – Prof. MS Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Profa. Dra. Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Prof. Dr. Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Prof. Dr. Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Prof. Dr. Arno Alvarez Kem
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Profa. Dra. Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Prof. Dr. Alfredo Culleton e Prof. Dr. Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Prof. Dr. Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Profa. Dra. Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Prof. Dr. Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Profa. Dra. Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Prof. Dr. Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Prof. Dr. Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Prof. Dr. Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – MS Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência* – Prof. Dr. Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – MS Nildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Profa. Dra. Marinês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – MS Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Dra. Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Prof. Dr. Valerio Rohden

- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – MS Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Profa. Dra. Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Profa. Dra. Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Prof. Dr. Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Prof. Dr. Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yenti Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – MS Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Prof. MS Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engemann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói* – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airosa da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues

- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luís do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes



Stefano Zamagni, economista italiano, é professor da Universidade de Bolonha. É vice-diretor da sede italiana da Johns Hopkins University. Zamagni ganhou destaque mundial por ter sido um dos principais consultores e assessores do Papa Bento XVI na redação da encíclica *Caritas in Veritate*, publicada em 2009, acerca do desenvolvimento humano integral. Em 2007 foi nomeado presidente da Agência para as Organizações Não Lucrativas de Utilidade Social – Onlus, entidade do governo

italiano responsável pelas associações sem fins lucrativos. Desde 1991, é consultor do Conselho Pontifício “Justiça e Paz”, do Vaticano. De 1999 a 2007, foi também presidente da Comissão Católica Internacional para as Migrações – ICMC. Em 2008, foi homenageado com o título de Cavaleiro-Comendador da Ordem de São Gregório Magno, uma das cinco ordens pontifícias da Igreja Católica. Em 2010, recebeu o título de doutor *honoris causa* em economia da Universidade Francisco de Vitória, de Madri, Espanha.

Algumas publicações do autor

ZAMAGNI, S. “A ética católica e o espírito do capitalismo”. In: *Cadernos IHU ideias*, ano 9, n. 159, São Leopoldo, 2011.

_____. “Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento”. In: *Cadernos IHU ideias*, ano 9, n. 157, São Leopoldo, 2011.

_____. “Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica”. In: *Cadernos IHU ideias*, ano 9, n. 155, São Leopoldo, 2011.

_____. “Globalização e o pensamento econômico franciscano: orientação do pensamento econômico franciscano e *Caritas in Veritate*”. In: *Cadernos IHU ideias*, ano 9, n. 153, São Leopoldo, 2011.

ZAMAGNI, S.; BRUNI, L. *Economia Civil: Eficiência, Equidade e Felicidade*. São Paulo: Ed. Cidade Nova, 2010.

ZAMAGNI, S. *La cooperazione*, Bolonha: Il Mulino, 2008

_____. *L'Economia del Bene Comune*. Roma: Ed. Città Nuova, 2007.

_____. *Per una Nuova Teoria Economica della Cooperazione*. Bolonha: Ed. Il Mulino, 2005.